

Unafisco DS Salvador participa de ato público pelo fim do trabalho escravo

Os auditores fiscais do trabalho da Bahia realizaram sexta-feira (17) ato público em conjunto com outras entidades para exigir celeridade na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional, PEC-438/2001, que prevê a expropriação de terras onde for encontrada a prática do trabalho escravo e as destina à reforma agrária. O evento que ocorreu em frente à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, na Avenida Sete, em Salvador, contou com a participação da secretária geral do Unafisco DS Salvador, Thaís D'Ávila, que substituiu a presidente Marialva Calabrich, que no momento se encontrava em reunião na Superintendência da RFB.

De acordo com Thaís D'Ávila, a relevância da questão social tratada por esta PEC de iniciativa popular, apoiada por nossos colegas Auditores Fiscais do Trabalho, justifica o pleno engajamento do Unafisco Sindical “enquanto entidade amplamente comprometida com a luta pela justiça social em suas diversas frentes na campanha pela divulgação e aprovação desta emenda constitucional que visa combater uma das mais bárbaras violações aos direitos humanos”.

O ato público é de caráter nacional e visa a continuidade da campanha de coleta de assinaturas para o abaixo-assinado que pretende atingir um milhão de pessoas e que será encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados onde a PEC aguarda votação. Até a primeira semana de outubro, mais de 80 mil pessoas de todos os estados brasileiros já aderiram ao abaixo-assinado pró-PEC em sua versão impressa, sendo que 29 mil assinaram pela internet (www.trabalhoescravo.org.br).

Segundo Wellington Maciel, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Bahia (SAFITEBA), o objetivo do ato público que acontece em todo o Brasil é pressionar a Câmara dos Deputados a incluir na pauta de votação a PEC 438, que tem como objetivo principal a desapropriação do imóvel rural onde for encontrado trabalhadores em regime escravo. “Na Câmara somente houve votação no primeiro turno depois da lastimável chacina de Unai. Desde então, se aguarda vontade política dos deputados para a PEC ser incluída em votação”, ressalta Maciel.

A proposta da PEC 438 passou pelo Senado Federal em 2003 e foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, em 2004. Desde então está parada, aguardando votação.

O diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), Carlos Roberto Dias, disse que se espera até o fim do ano recolher um milhão de assinaturas. “Até o momento somente 112 mil foram recolhidas. Mas se continuarmos mobilizados, acredito que se chegará a este número”, conta ele.

O grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego resgatou este ano 3.4466 trabalhadores de condições análogas a de escravo entre janeiro e setembro, tendo realizado 87 ações em todo o país. O resultado das operações nos nove primeiros meses de 2008 já supera todos os resgates de 2006.

Entidades que participam do Movimento Pró-PEC 438/2001.

Integram o movimento: a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo no Senado Federal, Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, Degradante e Infantil na Câmara dos Deputados, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral do Trabalho, Secretaria de Inspeção do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, Organização Internacional do Trabalho, Fórum Nacional da Reforma Agrária, CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, FETRAF - Federação dos Trabalhadores, CRS - Catholic Relief Services / Brasil, COETRAE/MA - Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo / Maranhão, COETRA/PA - Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo / Pará, COETRAE/TO Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo / Tocantins, CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia/MA, ONG Repórter Brasil, SINAIT - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, ANPT - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República, AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros, AJUFE - Associação dos Juizes Federais, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, ABRA- Associação Brasileira de Reforma Agrária, Movimento Humanos Direitos - MHuD, CEJIL - Centro Pela Justiça e o Direito Internacional, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, ONG Atletas pela Cidadania, SDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, UGT - União Geral dos Trabalhadores, CSP - Central Sindical de Profissionais, CUT - Central Única dos Trabalhadores, CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores, CONLUTAS/ ANDES, INTERSINDICAL, CGTB - Central Geral Dos Trabalhadores Do Brasil, CNT - Central Nacional de Trabalhadores, entre outros.

